

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Europa

Portugal: vinte anos no centro da construção de uma Europa unida

Isabel Camisão . Mestre em Estudos Europeus, Universidade do Minho

Presente no ideário de visionários e poetas, o sonho de uma Europa unida, política e economicamente, só se materializaria no pós-Segunda Guerra Mundial. Aparecendo como uma resposta a problemas imediatos, a CECA lança a génese de um projecto inspirado num ideal de paz que permitirá ao velho continente reerguer-se das cinzas, ao mesmo tempo que cria laços que impedem um reacender dos conflitos intra-europeus. A novidade está no método escolhido pois, se até então as organizações europeias eram fundamentalmente intergovernamentais (havendo lugar à cooperação entre Estados, mas não à partilha de soberania), as três novas organizações – CECA, CEEA e CEE – assentavam numa soberania partilhada em determinados domínios, criando as bases de uma verdadeira comunidade integrada. Ao longo dos anos, o projecto europeu tem evoluído de forma a dar resposta às mudanças no sistema internacional, tornando-se um fenómeno de integração regional sem paralelo na história recente. Como é confirmado pelos sucessivos alargamentos, a CE/UE representa um pólo de atracção para outros países, não tendo Portugal constituído excepção.

A adesão de Portugal à então CEE reflecte uma viragem na sua política externa. Depois de um período salazarista marcado por um afastamento em relação ao continente, o país abre-se à Europa, dando um passo decisivo para a consolidação da sua jovem democracia. As ajudas monetárias disponibilizadas permitiram-lhe modernizar as suas estruturas produtivas e consolidar a sua economia – até aí dominada pela dimensão agrária e pelo controlo do Estado – facilitando a sua progressiva inserção no mercado interno comunitário. Embora carregando o estigma de “pequeno” Estado, Portugal esteve sempre no “pelotão da frente” da caminhada europeia, mesmo quando a metamorfose do sistema internacional ditou a necessidade de empreender um salto qualitativo para uma fase de integração mais política.

De facto, a última década do século XX ficou marcada por profundas transformações geopolíticas – a reunificação alemã, a desintegração da URSS e da República da Jugoslávia – que ditariam mesmo a “reconfiguração” do mapa europeu. Confrontada simultaneamente com a responsabilidade que lhe era exigida na cena internacional e com a possibilidade de um grande alargamento das suas fronteiras, a Comunidade compreendeu que não poderia continuar a reagir em termos puramente económicos. A evolução do processo de integração tornou-se premente, assistindo-se ao fortalecimento da União através de medidas como a criação de uma cidadania europeia ou a adopção de uma moeda única. Portugal acompanhou esta evolução. Bastará lembrar que fez parte do núcleo fundador da moeda única, um dos marcos da construção europeia. A adopção do euro representou, efectivamente, um verdadeiro salto qualitativo não apenas para uma integração económica real, mas também para um patamar mais elevado de integração política.

A União Europeia é hoje, por conseguinte, muito diferente da Comunidade que recebeu Portugal em 1986. Os desafios, porém, não cessaram. A consolidação da união política lançada por Maastricht, os alargamentos, e as ameaças à segurança que se colocam nas suas vizinhanças, impelem a Europa a reflectir sobre o seu futuro. Os relativos (in)sucessos das CIG que precederam a assinatura dos tratados de Amesterdão e de Nice abriram uma fase de

debate que ficou marcada por um método inovador de preparação dos trabalhos – a Convenção. Embora num plano teórico este método apresente claras vantagens em relação ao método “fechado” da conferência intergovernamental – desde logo porque associa um grande leque de actores – na prática os resultados não foram os esperados. Falhou uma real representatividade, falhou a ligação com a sociedade civil.

Dos trabalhos da Convenção resultou uma proposta de texto constitucional que, depois de revisto pelos chefes de Estado e de governo, foi assinado em Roma a 29 de Outubro de 2004. Fruto de difíceis negociações, o Tratado Constitucional (TC) foi talvez o máximo compromisso político alcançável entre vinte e cinco partes que se concentraram mais do que o desejável na defesa dos “egoísmos” nacionais. Não obstante, quando comparado com Nice, o novo texto apresenta melhorias significativas que permitiriam porventura uma Europa mais transparente, mais eficiente e mais respeitadora dos direitos dos seus cidadãos. Assim não o parecem ter entendido os cidadãos franceses e holandeses.

O “não” de dois dos países fundadores (e tradicionalmente “europeístas”) abalou a União. Os líderes europeus optaram por adiar o processo de ratificação. As vozes dos eurocépticos ouviram-se mais alto e a “morte” deste tratado foi por alguns anunciada. Para outros, porém, (grupo em que me incluo) existe ainda esperança. Não poderemos certamente ignorar o “não” francês e holandês, embora este pareça mais um “cartão vermelho” aos problemas nacionais e às questões que a União não tem sabido ou não tem querido resolver – como a imigração – do que ao texto do tratado constitucional. Mas não poderemos também ignorar os Estados que até ao momento já disseram “sim”. Mais do que tempo de crise, julgo que o tempo é de reflexão.

O período que vivemos exige a participação de Portugal. O princípio da igualdade jurídica dos Estados – plasmado no TC por insistência de um grupo liderado por Portugal – só fará sentido se todos, grandes ou pequenos, participarem na modelação do projecto europeu. Adoptemos então o Plano D – de democracia, de diálogo e de debate – proposto pela Comissão Europeia, e aproveitemos esta etapa para discutir, criticar e aprofundar as questões europeias. Lancemos uma discussão que abra as portas das Universidades; que transcenda o círculo das elites; que “saia à rua” e envolva os cidadãos. Os media poderão ter aqui um papel importante, embora esta seja uma responsabilidade que cabe, em primeiro lugar, à classe política. É importante que os cidadãos percebam o funcionamento dos mecanismos de poder nas instituições comunitárias para que possam pôr verdadeiramente em prática o princípio da democracia participativa agora consagrado pelo TC. Do mesmo modo, é necessário aprofundar o princípio da democracia representativa.

A União funda-se hoje numa dupla legitimidade – Estados e cidadãos – representados respectivamente no Conselho e no Parlamento Europeu. Porém, a elevada abstenção nas eleições europeias torna inequívoco que é ainda débil a empatia entre os cidadãos e os seus representantes europeus. Na verdade, não será fácil a alguém identificar-se com uma União que aparentemente não nos ouve e que não se compreende. Importa, pois, que os portugueses percebam que a sua opinião é importante. É indispensável que a sociedade civil não passe ao lado das opções essenciais para o seu futuro. Só ouvindo os cidadãos podem os seus legítimos representantes tomar as decisões que apaziguem as suas ansiedades e traduzam as suas aspirações.

Portugal deve continuar a lutar por uma união mais forte e mais integrada. A pertença à UE implica que os Estados partilhem pólos importantes da sua soberania. Esta delegação está, em

minha opinião, longe de ser um aspecto negativo, na medida em que a qualidade de membro desta União confere aos Estados um peso e uma influência no campo internacional que não teriam de outro modo. A Europa não põe em causa os Estados, parecendo-me até que ela será a forma de os “salvar”. Importará ainda lembrar que o processo de integração europeia não é uma realidade irreversível. A alternativa a uma Europa unida seria muito provavelmente o regresso à velha fórmula da “Europa das potências”. Neste “jogo”, porém, os pequenos seriam ainda mais pequenos. Que o período de incerteza que vivemos possa servir para que a União seja debatida, percebida e aceite pelos cidadãos europeus. Só o apoio destes garantirá a sobrevivência do projecto comunitário.